

RESOLUÇÕES DO ENCONTRO SETORIAL DE SINDICALISTAS DO PT DE S.P.



PROPOSTA PARA APRECIÇÃO NOS
ENCONTROS ESTADUAL E NACIONAL

20/03/94



UM NOVO CANAL DE PARTICIPAÇÃO NO PARTIDO

RELATÓRIO DO 1º ENCONTRO SETORIAL DOS
SINDICALISTAS DO PT DO ESTADO DE S.P.

O Encontro Setorial de Sindicalistas do PT de São Paulo/SP,
realizado em 20 de março/94, no Sindicato dos Químicos de São
Paulo, obteve os seguintes resultados:

PAUTA DAS DISCUSSÕES E DEBATEDORES

- OBJETIVOS DO ENCONTRO
- POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O SETOR (WALDEMAR ROSSI-
SECR.SINDICAL/DR)
- ESTRATÉGIA DE CAMPANHA (CÂNDIDO VACCAREZA-COORD. EST.
DA CAMPANHA)
- PROGRAMA DE GOVERNO (JOÃO MACHADO-COORD. DO PROGR.
NACIONAL)
- ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

PRESENÇA

-72 DELEGADOS
-29 CONVIDADOS

DELEGADOS ELEITOS

-5 DELEGADOS ESTADUAIS:

- *CARLÚCIO CASTANHA - CNM/CUT
- *ODAIR PATRIANI - SIND. SAPATEIROS
- *ISABEL CONCEIÇÃO DA SILVA - FEQ/CUT
- *ALÉTO JOSÉ DE SOUZA - SIND. MET. ABCD
- *LUIZ GONÇALVES - EXEC CUT REGIONAL DE SÃO PAULO

-SUPLENTE ESTADUAIS

- *JOSÉ CARLOS CANDIDA - CUT ESTADUAL DE S.P.
- *RAFAEL FREIRE - CNTE/CUT

-1 DELEGADO NACIONAL

- *SEBASTIÃO LOPES NETO - EXEC. NACIONAL DA CUT

-SUPLENTE NACIONAL

- *CARLÚCIO CASTANHA - CNM/CUT

NOVAS FILIAÇÕES

-O ENCONTRO RECEBEU 25 NOVAS FILIAÇÕES AO PARTIDO DE
SINDICALISTAS DE VÁRIAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.

WALDEMAR ROSSI
SECRETÁRIO SINDICAL DO DR/PT/SP.

RESOLUÇÕES DO ENCONTRO SETORIAL DE SINDICALISTAS DO PT DE S.P.

PROPOSTA PARA APRECIÇÃO NOS ENCONTROS ESTADUAL E NACIONAL

“Em 1994, o povo brasileiro terá a oportunidade histórica de infringir, através do voto, uma derrota estratégica aos setores dominantes da sociedade.

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, faz parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abre caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa.

A conquista do governo federal, liderada pelo PT, deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social. Um governo democrático e popular, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo: É com este propósito que o PT disputará as eleições de 94.

Devemos transformar a disputa de 1994 em uma disputa de caráter programático, que altere significativamente o patamar de consciência e correlação de forças da vida política nacional”

(do texto: “Diretrizes e Metas para o programa de Governo Estadual/94)

1. LULA X CANDIDATO DA BURGUESIA

A conjuntura recente nos coloca a possibilidade de uma disputa de caráter programático entre dois projetos já no 1º turno das eleições. A busca desesperada por parte da burguesia de um candidato anti-Lula está marcada pela sua insistência em dar conteúdo ideológico a este candidato cujas palavras de ordem seriam a defesa da “modernidade”, da aceleração do processo de privatizações e da estabilização da economia nos moldes impostos pelo capitalismo internacional e seu receituário neo-liberal.

* O plano FHC, ainda em implantação, busca consolidar o projeto neo-liberal que Collor de Mello não teve força para implementar. O combate ao déficit público via aumento ou criação de impostos (IPMF, IR, Pessoa Física etc), o remanejamento de verbas destinadas à saúde e à educação para o Fundo Social de Emergência (FSE) e a criação da Unidade Real de Valor (URV) com a conseqüente dolarização da economia são aplaudidos diariamente pelos empresários como medidas capazes de, combinadas com medidas

tomadas no âmbito da revisão constitucional como a quebra dos monopólios estatais, por exemplo, garantir a governabilidade do projeto neo-liberal e a ingovernabilidade institucional de um projeto democrático e popular.

Neste sentido a conjuntura aponta para uma disputa plebiscitária: de um lado a proposta de um governo democrático e popular e de outro a consolidação do projeto neo-liberal com o candidato que se credenciar no interior da classe dominante para enfrentar Lula. Prova disso é o fato de um desses prováveis candidatos, o então Ministro da fazenda FHC, ter sido recepcionado pela CNI, FEBRABAN e outros representantes das elites na semana passada.

2. CONSTRUIR UM AMPLO MOVIMENTO QUE RESULTE NUM COMPROMISSO ATIVO POR REFORMAS ESTRUTURAIS.

“O sucesso de um governo democrático-popular reside, centralmente, na organização autônoma, na mobilização e na consciência dos trabalhadores e demais setores populares.”

(do texto: “Diretrizes e Metas para o programa de Governo Estadual/94)

2.1. ALÉM DE 94...

Entendemos que é fundamental engajar a nossa base social organizada nesta disputa, mas ao nosso ver, esse processo não se encerra nas eleições de 94. Claro que queremos eleger Lula Presidente e Zé Dirceu Governador de São Paulo, porém a possibilidade de realizar as reformas apontadas pelas “Diretrizes e metas do nosso programa” está diretamente relacionada com a nossa capacidade de mobilização e com o GRAU de acumulação que formos capazes de fazer neste processo.

Só a compreensão do caráter dessa disputa, do que está em jogo; do país que queremos construir (traduzida num engajamento ativo de uma expressiva parcela do conjunto da classe que formos capazes de mobilizar) permitirá consolidar a base de sustentação do GOVERNO DEMOCRÁTICO e Popular que faça frente ao embate político/ideológico posto pela classe dominante após 1º. de janeiro de 95.

Temos que construir hoje a organização que garanta a concretização do programa do Governo DEMOCRÁTICO e POPULAR amanhã.

2.2. EXISTEM CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA MUDAR A QUALIDADE DE NOSSA AÇÃO

As lutas por emprego, salário e condições de trabalho continuam atuais. Todavia, estamos constatando que a ação sindical que fizemos até há bem pouco tempo, ou que insistimos em fazer até hoje, tornou-se insuficiente.

Se continuarmos insistindo na luta meramente corporativa, restrita as questões econômicas imediatas de caráter apenas sindical, não estaremos respondendo por inteiro às necessidades de nossas respectivas categorias, sejam as colocadas pela conjuntura, sejam as colocadas pelas alterações estruturais que modificaram as relações de trabalho.

a) Do ponto de vista da conjuntura o impacto do desmonte da função social do Estado coloca para cada trabalhador e suas respectivas famílias um conjunto de preocupações, angústias e necessidades concretas que vão muito além do local de trabalho ou do campo de luta estritamente salarial.

Questões de natureza social como: educação dos filhos, a moradia, a saúde, a seguridade etc... passam a ocupar um espaço cada vez maior no conjunto de necessidades dos trabalhadores.

b) Do ponto de vista estrutural, as alterações na relação de trabalho, isto é, a introdução de novas tecnologias, a terceirização, o desemprego estrutural, a flexibilização da produção e da jornada, a desregulamentação de direitos e os novos sistemas de gerenciamento acelerados violentamente pelo ajuste ao projeto neo-liberal, também impactaram profundamente a nossa ação sindical.

Num país com uma economia informal, que chega a 40% do total, e com aumento do desemprego estrutural, as demandas sociais da população devem ser cada vez mais assumidas no conjunto das lutas e pela totalidade dos trabalhadores.

3. NOSSO DESAFIO: ARTICULAR A LUTA SINDICAL COM DISPUTA PROGRAMÁTICA DO PAÍS

3.1. PROPOSTA POLÍTICA

Entendemos que é urgente traduzir para o movimento sindical seu compromisso ATIVO pela construção de reformas ESTRUTURAIS em propostas políticas concretas que articulem as necessidades imediatas do conjunto da classe com a disputa do país, colocando os nossos sindicatos e a CUT no centro da disputa da conjuntura.

Lutas imediatas:

- (1) Plano FHC
- (2) Revisão Constitucional
- (3) Escândalo do Orçamento

(1) Nosso combate frente ao plano FHC não pode se restringir a questão salarial, temos que mobilizar para não permitir mais esse arrocho sobre os salários. Nesse sentido, foi importante a mobilização chamada pela CUT e realizada no dia 23/3/94, com repercussões muito acima do esperado, revelando a disposição de luta dos trabalhadores. É fundamental continuar esse processo de luta mostrando o significado desse plano de conjunto, o que representa em termos de cortes de verbas públicas destinadas à saúde, educação, o seu caráter recessivo e a essência do modelo econômico desse plano. O fato de ancorar a moeda no dólar combinando com a abertura do mercado, que provocará o desmonte de vários setores industriais, enfim a submissão desse plano as regras ditadas pelo FMI no sentido de consolidar o ajuste neo-liberal no Brasil.

(2) Ainda é tempo de barrar a revisão, se conseguirmos uma postura mais ofensiva do movimento sindical traduzindo no concreto o que ela significa em termos de perdas dos direitos sociais para o conjunto dos trabalhadores e o seu caráter golpista no sentido de tentar consolidar um modelo econômico que inviabilize as reformas estruturais que o país exige.

(3) O escândalo do orçamento escancarou a relação de poder (montado na corrupção) das classes dominantes desse país.

Os corruptos continuam transitando impunemente no congresso e os corruptores continuam faturando seus fartos lucros proveniente do superfaturamento de obras públicas.

Não podemos permitir que tudo termine em pizza. Além da denúncia, da disputa ideológica que todos os escândalos de corrupção nos favorece fazer, temos que ser capaz de articular um movimento que exija a prisão e o confisco de todos os bens adquiridos pela corrupção.

Propondo concretamente que esses recursos voltem para o povo na forma por exemplo: de assentamentos de famílias sem terra em caso de propriedades rurais e construção de moradia em sistema de mutirão

LUTA DO PERÍODO

As lutas por reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa, da desprivatização e função social do estado, e por uma política econômica que garanta a geração de empregos, devem fazer parte da agenda sindical do período. O desafio é articular essas bandeiras de caráter programático com a demanda da luta sindical, e reafirmamos que existe espaço para isso: o trabalhador comum já tomou consciência que a questão do salário e do emprego por exemplo, não se resolve apenas no espaço da fábrica ou do sindicato.

Propomos o emprego como centro inicial de luta do período. Articular a luta pelo emprego como parte da luta contra a fome. Campanha nacional por

redução da jornada sem redução dos salários no centro da agenda sindical. Resistência as demissões e luta por estabilidade. Articular o interesse imediato desta luta com os pontos do programa do governo democrático e popular que tenham impacto sobre o emprego. Ex.: reforma agrária / política habitacional / dívida externa / desprivatização do estado / política industrial.

CONSTRUIR UM AMPLO MOVIMENTO DE MASSAS

a) Nosso objetivo é fazer um rápido processo de convencimento no sentido de construir um amplo movimento de massa em torno dessas bandeiras.

Para tanto é necessário combinar várias iniciativas; sejam de ação direta como assembléias, plebiscitos, atos, passeatas, debates, etc ... articuladas com iniciativas institucionais como: medidas no judiciário ou no congresso no sentido de criar fatos políticos mobilizadores.

b) Potencializar o calendário e os momentos do movimento sindical e popular como: eleições Sindicais, campanhas salariais, jornadas dos trabalhadores rurais, congressos da CUT, 1º de Maio etc...

c) Colocar a nossa estrutura em função dessas iniciativas: carro de som, adesivos, cartazes, boletins, etc..

3.2. METAS

- A questão não é se os nossos sindicatos e a CUT apóiam ou não apóiam Lula já no 1º. turno, entendemos isso como uma falsa polêmica.

O que interessa é construir um processo que engaje nossa base social desde já na disputa que esta posta na sociedade: **Conquistar a vitória eleitoral do Lula para Presidente e do Zé Dirceu Governador em São Paulo.**

a) Criar um Comitê Estadual de Sindicalistas, que centralize, dê organicidade e dinamismo a todas as iniciativas e atividades da campanha, que envolva o setor.

O lançamento desse Comitê deve se dar, com a presença dos companheiros Lula e Zé Dirceu, na primeira quinzena de maio.

b) Constituir comitês por local de trabalho, categorias e regiões que assumam as tarefas políticas desse movimento, ampliem o conjunto de iniciativas no sentido inclusive do compromisso com a sustentação financeira de nossa campanha.

c) Fortalecer o partido dos trabalhadores ampliando campanhas de filiação, consolidando os seus núcleos de categoria, fortalecendo as respectivas secretarias sindicais.

Neste sentido é fundamental vitalizar a vida orgânica do PT e rejeitar a formação de núcleos autônomos de poder que tencionam de fora prá dentro (pela grande imprensa) com as resoluções e com o próprio Partido.

d) Intervir na linha de campanha assumindo o

PT, encarando a disputa ideológica posta pela burguesia, deixando claro que para realizar as reformas propostas pelo nosso programa a conta tem que ser paga pelos setores da classe dominante que sempre acumularam com a miséria do povo, como: capital financeiro e latifundiários.

e) Produzir subsídios para a orientação unitária da campanha a ser desenvolvida nos comitês e nos materiais sindicais (boletins, jornais, cartazes, programas de rádios e tv etc).

Garantir, também, a produção de material periódico de massa voltado para o setor.

f) construir a unidade dos petistas no movimento sindical: a partir da unidade de ação, do debate franco das idéias, da constituição de mecanismos democráticos. Acreditamos que este momento nos oferece a oportunidade de construir pela política a unidade dos petistas no movimento sindical.

g) Trabalhar junto à Comissão de Programa no sentido de garantir a produção de uma cartilha, que popularize os programas de governos estadual e nacional.

COMISSÃO PROVISÓRIA

Foi indicada pelo plenário uma comissão provisória, que deverá ser ampliada e referendada no 10º Encontro Estadual, sendo que sua composição deverá permanecer aberta à incorporação de outros militantes sindicais durante toda a campanha. Essa comissão já conta com os seguintes companheiros: Joel Fonseca (Sind. Metalúrgicos do ABC), Edson (petesinho-Metalúrgicos de São Paulo), Zé Domingos (Conf. Nacional dos Químicos-CUT), Jair (Químicos de Jacareí), Carlúcio (Conf. Nac. dos Metalúrgicos-CUT), João (Sindicato dos Gasistas), Luizinho (Sind. dos Condutores), Valdir (Sindicato dos Sapateiros de Franca), Alcides (Sind. da Constr. Civil; de Campinas), Leonel (Sind. dos Sapateiros de São Paulo), Júlio Tavares (Assess. do Sind. do Químicos de São Paulo), Rítalo (Sind. dos Químicos de São Paulo), Aletto (Sind. dos Metalúrgicos do ABC), Gegê (Sind. dos Coureiros de São Paulo) e Zé Cláudio (Assess. do Sind. dos Sapateiros de São Paulo).

Obs.: todos os companheiros ficaram de confirmar seus nomes nos respectivos sindicatos.

PT Saudações,

ENCONTRO SETORIAL ESTADUAL DE
SINDICALISTAS
São Paulo, 20 de março de 1994
(ATUALIZADO PELA COMISSÃO
PROVISÓRIA
EM 28/03/94)